

1891 - 1927 25 (1927 - 1969)

habitual mentira para NOV 100 contornar o habitual problema

Alarmado, mas nem tanto, com a escalada da inflação, que rapidamente vai chegando aos níveis anteriores ao Plano Bresser, o governo ensaiou o habitual conjunto de medidas paliativas embrulhadas nas habituais mentiras para "deter" a persistente manifestação dos efeitos habituais — a alta dos preços e a hiperinflação — das causas habituais — a gastança estatal —, mesmo que seja por apenas alguns meses, como sugerem as experiências recentes.

JORNAL DA TARDE

Segundo dados preliminares, a inflação de novembro — medida pelo Índice de Preços ao Consumidor do IBGE — ficou próxima dos 13%. Como não poderia deixar de ser, os mercados financeiros refletem essa verdadeira disparada das expectativas inflacionárias, antecipando para dezembro e janeiro índices bem mais elevados que o de novembro.

A taxa do overnight lastreado em Letras do Banco Central está próxima dos 20% ao mês e o rendimento dos CDB pós-fixados subiu ontem para 44%, mais a correção monetária, sem que houvesse o menor interesse dos aplicadores (todos preferem os papéis de curíssimo prazo, já que os rendimentos calculados pela OTN fiscal serão baseados na inflação de novembro e dezembro, apesar de o resgate ser feito no final de janeiro).

Sem querer fazer humor negro, pode-se dizer que é um alívio saber que a inflação de novembro não atingiu um nível ainda mais alto que os anunciados 13%. Isso porque esse desgoverno do PMDB, apesar de contar com a maioria do Congresso e o apoio de quase todos os governadores, que lhe permitiria adotar todas as medidas que achasse necessárias, simplesmente não quer tomar a única medida eficaz que permitirá o controle da inflação, que é o corte do déficit público. Em vez disso, acena novamente com "soluções" heterodoxas, aumento de impostos (para "penalizar os ricos"), redução dos incentivos e subsídios (acredite quem quiser) uma reforma administrativa que prevê a fusão de órgãos da administração direta e a privatização de estatais...

Ninguém sabe ao certo se haverá mesmo um novo choque contra a inflação ou se o ministro Bresser Pereira ainda estará na Pasta da Fazenda quando for anunciado mais um plano de estabilização econômica. A única coisa definida nisso tudo é que os impostos vão subir para os empresários industriais, para os agricultores e para as pessoas físicas, o que revela, na melhor das hipóteses, um erro de diagnóstico sobre a inflação brasileira, pois — como diz o professor Celso Martone, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo — "a hiperinflação pode ser vista como um mecanismo de defesa do setor privado contra a tentativa do governo de extrair dele uma parcela crescente da renda sob a forma de tributos e de imposto inflacionário. De acordo com esse diagnóstico, que certamente não entra na cabeça do senador saltitante — que continua convencido de que a causa de todas as nossas desditas econômicas (inclusive as da sua fábrica, evidentemente) é a submissão de d. João VI ao imperialismo britânico — e dos tecnocratas do Ministério da Fazenda, a aceleração dos aumentos de preços não só reduz a receita tributária real coletada pelo governo, como também encolhe a base do imposto inflacionário (o estoque real de moeda). Como o governo não se dispõe a reduzir imediatamente sua despesa, devido aos compromissos velhos e novos assumidos, só lhe resta, para manter-se no poder, produzir periodicamente choques heterodoxos que lhe permitam, ainda que por pequenos períodos de tempo, enganar os agentes privados, induzindo-os a financiar o déficit público a uma baixa taxa de inflação".

Essa síntese do professor Martone, publicada em julho deste ano pela revista Informações Fipe — que só peca pelo "enganar" que ele utilizou, subestimando a inteligência dos agentes privados —, mostra que toda a farsa da política antiinflacionária do PMDB já não conseguia enganar a comunidade acadêmica ou pelo menos a parte dela que não se deixou seduzir pelas falácias ideológicas em julho passado. Na verdade, nem mesmo as pessoas mais simples se deixam mais levar pelas falsas promessas de um governo que já provou à exaustão o quanto vale...

Nas atuais condições, um novo choque antiinflacionário — e como diz o senador Roberto Campos "já é hora de tirar o País da cadeira elétrica" — só terá o poder de provocar risos — histéricos, evidentemente — porque ninguém mais está disposto a servir de cobaia para turma do curso de madureza d. Conceição, outra vez, ainda mais para uma "experiência" da qual já se conhece o resultado.

Mas não são apenas os brasileiros que estão fartos desses engodos. Os credores externos, o Banco Mundial e o FMI também não acreditam mais nos números e nas promessas deste desgoverno mais que previsível. De acordo com o noticiário dos jornais de ontem, a missão de técnicos do FMI que se encontra em Brasília para levantar dados sobre o desempenho da nossa economia não entende como o governo brasileiro pode pretender reduzir o déficit público e ainda conseguir um crescimento do PIB de 6% em 1988, com uma inflação anual de 120%... A missão igualmente deseja dados realistas sobre o comportamento do balanço de pagamentos no próximo ano, sem os quais não será possível encaminhar o acordo exigido pelos credores oficiais (Clube de Paris) e pelos credores privados para o reescalonamento da nossa dívida externa.

Na verdade, todos os brasileiros gostariam de saber o que vai acontecer com a economia no próximo ano, quando o vazio de poder representará um enorme obstáculo a qualquer tentativa de gestão econômica racional.

Só um milagre poderá salvar-nos da hiperinflação enquanto os donos do maior partido do Ocidente estiverem decidindo nossos destinos e enquanto o bom senso não puder ser restabelecido no âmbito do governo que não é do presidente Sarney, mas exclusivamente deles. Quem deveria estar sendo vaiado nas ruas e protegido pela polícia não é o "cidadão" José Sarney, mas toda a súcia dos que, no PMDB, não cuidam de outra coisa senão de disputar a cadeira onde ele ainda está sentado.